

ESPAÇO DAS ÁGUAS

Plano de Recursos Hídricos é aprovado durante plenária



Imagem mostra os membros do Comitê da Bacia Hidrográfica do rio Piancó-Piranhhas-Açu reunidos na cidade de Caicó/RN

Por: *Geraldo Oliveira*

O Plano de Recursos Hídricos -PRH da Bacia Hidrográfica dos rios Piancó-Piranhhas-Açu foi aprovado por unanimidade na tarde de quinta-feira (02/06) durante a 14ª Reunião Ordinária do Comitê. O evento aconteceu no auditório do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, em Caicó, e contou com a presença da maioria dos membros do comitê e representantes da Agência Nacional de Águas. A Reunião Ordinária teve prosseguimento na sexta com outras discussões.

“O plano traz as principais questões a serem enfrentadas pela bacia, um prognóstico que inclui análise do aporte das águas São Francisco, e traz um plano de ações divididas em três partes: gestão, estudos complementares ao plano e projetos para viabilizar a estrutura hídrica estratégica na bacia. Esse plano está orçado para os primeiros cinco anos em cerca de 150 milhões de reais”, disse Sérgio Ayrimoraes, Superintendente de Planejamento da ANA.

Após a aprovação pela plenária do comitê, o PRH da bacia deve iniciar a fase

de execução com uma série de ações a serem executadas. “O comitê é o verdadeiro guardião do plano e cabe a ele, agora, uma ação política para que esse orçamento se materialize. Parte desses valores já estão previstos nos próprios órgãos, como por exemplo a transposição e outras ações do Igarn, da Aesa. Já outra parte desses valores vai depender dessas ações políticas do comitê para que os órgãos estaduais e federais disponibilizem em seus orçamentos”, explicou Paulo Varela, diretor de gestão da ANA.

Uma das ações de destaque no plano é o gerenciamento hídrico dos reservatórios da bacia. De acordo com Paulo Varela, “essa ação é plenamente possível. Inclusive já está sendo feito esse gerenciamento. No plano essa situação representa os estágios hidrológicos, ou seja, quando o açude estiver sangrando pode ser usado em qualquer situação, mas se chegar a 80% vai acender uma luz amarela, chegar a 50% vai acender outra luz diferente. Para cada estágio desse nós vamos estabelecer regras de uso da água”, finalizou.



A Reunião Ordinária aconteceu em dois dias e contou com a maioria dos membros do CBH PPA

Representante do IFPB de Sousa/PB é eleito secretário do CBH PPA

Os membros do Comitê da Bacia Hidrográfica dos rios Piancó-Piranhas-Açu elegeram no final da manhã do dia 03/06, durante a 14ª Reunião Ordinária, o seu novo secretário. Hermano de Oliveira Rolim, representante do IFPB de Sousa/PB no comitê, foi eleito para um mandato de pouco mais de um ano, uma vez que no final de 2017 acontecerão novas eleições para a diretoria colegiada do CBH PPA.

“Esse trabalho será desenvolvido em parceria com a direção do comitê, a Adese e com a CTPI, lógico que com o apoio da plenária do comitê. Agora com a aprovação do Plano de Recursos Hídricos, esse nosso trabalho será feito de acordo com as prioridades do plano e com as questões dos conflitos mais emergenciais relacionados ao uso da água em nossa bacia”, destacou Her-



Mandato de Hermano será de pouco mais de ano e ele substitui Fábio Cidrin, que deixou a função

mano.

Segundo ele, a prioridade agora é trabalhar o plano aprovado na plenária do comitê. “O plano de recursos hídricos é o documento ‘mãe’ que vai orientar todas as ações do comitê e também os

órgãos que integram CBH para a execução dos recursos hídricos em toda a bacia do Pianhas-Açu. Contudo, devemos observar que o plano trata de ações de médio e de longo prazo, por isso é necessário o empenho de todos”, finalizou.

Tese de doutorado em recursos hídricos foi apresentada durante plenária do CBH PPA



Promotor apresenta a sua pesquisa para os membros do Comitê durante reunião em Caicó/RN

Durante a tarde desta quinta-feira (02/06) foi apresentada, durante a 14ª Reunião Ordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica dos rios Piancó-Piranhas-Açu, a tese de doutorado sobre recursos hídricos. A tese é defendida pelo Sr. Alcides Amorim, Promotor de Justiça do Estado da Paraíba. Após a apresentação os membros do comitê tiveram a oportunidade de debater os principais pontos da pesquisa.

“Eu fiz uma comparação entre o mecanismo de resolução de conflito entre a Paraíba e o Rio Grande do Norte,

que é o marco regulatório, com o mesmo utilizado em Portugal e Espanha, que é a Convenção de Albufeira. As duas situações são semelhantes e o meu objetivo é verificar a melhor forma dessa distribuição equitativa da água que cai dentro da bacia”, disse o promotor.

O promotor Alcides de Amorim integra o Fórum Nacional de Recursos Hídricos, vinculado à Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). A nomeação dele foi feita pelo presidente do Conselho Nacional do Ministério

Público, procurador da República Rodrigo Janot Monteiro de Barros, no início deste mês de fevereiro deste ano.

Na plenária ele destacou também o papel do comitê na resolução dos conflitos pela água. “Eu vejo que o relacionamento entre a Paraíba e o Rio Grande do Norte é muito bom e o comitê de bacia está atuando de forma eficaz. Todos os conflitos existentes nessa bacia podem ser resolvidos com base na conversa. A escassez da água, naturalmente, leva ao conflito que, por sua vez, leva a solução. Antes eu pensava que os conflitos eram coisas negativas, mas hoje eu vejo que é apenas uma ponte para que todos os problemas existentes sejam resolvidos. É através do conflito que a sociedade começa a progredir e resolve os problemas. No caso da questão hídrica é preciso ter instituições fortes, permanentes e democráticas. O Poder Público precisa fortalecer essas instituições”, explicou.

Ainda de acordo com ele, existe a possibilidade da pesquisa ser aproveitada pelo comitê. “Vou entregar uma cópia da minha pesquisa ao presidente, Pro-cópio Lucena, e vamos ver o que é que pode ser aproveitada nas discussões do próprio comitê”, finalizou.

“85% dos usuários aderiram a regra de suspensão da irrigação”, diz ANA



Imagem mostra o Superintendente Adjunto de Fiscalização da ANA durante a apresentação para a plenária do Comitê na Reunião Ordinária

A declaração foi dada pelo superintendente adjunto de fiscalização da Agência Nacional de Águas - ANA, Alan Lopes. Ele participou da 14ª Reunião Ordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica do rio Piancó-Piranhas-Açu nos dias 02 e 03/06 e apresentou os modelos de fiscalização que a agência vem adotando para coibir os usos irregulares da água no leito dos rios. Durante toda a apresentação ele deixou claro que a maioria dos usuários já se adaptaram as novas regras e estão contribuindo para a economia de água.

“A ANA trabalha com três elementos para a fiscalização: planejamento anual de campanha de fiscalização de campo, imagens de satélite de alta resolução e sobrevôo através de um helicóptero em parceria com o IBAMA. Dessa forma, nós já vamos a campo focando nos usuários que tem indícios de irrigação, com áreas verdes, úmidas, e, posteriormente, com servidores em campo e o reforço de policiamento quando é o caso”, disse Alan Lopes.

A apresentação da ANA durante a plenária do Comitê foi dividida em situações: sistema Curemas-Mãe D’água, Piancó e Piranhas; e Armando Ribeiro e Baixo Açu.

Os números da fiscalização da ANA, em 2015, no sistema Curema-Mãe D’água, Piancó e Piranhas foram os seguintes: 17 campanhas de fiscalização, contabilizando um total de 273 vistorias;

09 sobrevoos; 204 usuários vistoriados; 82 autos de interdição cautelar e 55 autos de infração (sendo 40 embargos com bombas lacradas e 15 aplicações de multa simples).

De acordo com a ANA, houve uma diminuição da área irrigada em 2015, o que significa uma evolução bastante positiva. Os números mostram a seguinte situação: em Julho de 2014 eram 2062 ha de área irrigada; em 2015 no mesmo período o número caiu para 777 ha de área irrigada; já em dezembro de 2015 o número de área irrigada chegou a 292 ha.

As cidades que mais irrigavam, segundo os dados da ANA, eram Coremas, Cajazeirinhas, Pombal, Paulista, Riacho dos Cavalos e São Bento, na Paraíba, e Jardim de Piranhas, no Rio Grande do Norte. O destaque fica para Pombal, que liderou os números de irrigação em 2014.

Já os números da fiscalização na Barragem Armando Ribeiro e no Baixo Açu são os seguintes: 10 campanhas de fiscalização; nenhum ato de interdição cautelar; nenhum embargo; e 29 autos de infração, sendo 26 advertências e 3 multas simples.

“A nossa avaliação desses números é que a maior parte dos usuários da bacia aderiram a regra de suspensão da irrigação: 85% dos usuários aderiram a regra de suspensão. Dessa forma, observamos que a maioria dos usuários

estão participando do nosso trabalho. Aquelas pessoas isoladas que insistem em irrigar, nós vamos fazer uma intensificação dessa fiscalização. Outra novidade é que a ANA pretende contratar um escritório regional aqui na bacia para intensificar esse trabalho”, explicou Alan.

Além das fiscalizações, a ANA tem algumas atividades previstas para implementação ainda neste ano. As atividades são as seguintes: monitoramento de usuários (com o cadastro dos usuários e monitoramento de usos da água com técnicos em campo); acompanhamento da operação de reservatórios (com medições de vazões, acompanhamento de manobras de operação e com técnicos hidrometrístas); e condições físicas do sistema hídrico (com identificação de obstruções, estado de conservação de estruturas e equipamentos e a presença de engenheiros).

“Dentro dessas ações, estamos propondo que a gestão das águas dos reservatórios sejam feitas de forma diferenciada a partir da situação e do volume de água armazenado em cada açude. Por exemplo, quando o açude estiver com o estado hidrológico úmido, ou seja, quando estiver cheio o atendimento será feito a todos os usos da água, mas quando ele estiver em um estágio intermediário algumas regras de uso serão estabelecidas. Essas regras são necessárias para que ele não seque totalmente”, explicou o técnico da ANA.

CBH PPA vai apresentar Plano de Recursos Hídricos aos órgãos federais e estaduais

Com a aprovação do Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica dos Rios Piancó-Piranhas-Açu, durante a 14ª Reunião Ordinária em Caicó, o próximo passo do CBH-PPA é torná-lo de conhecimento de toda a sociedade, e garantir recursos nos orçamentos Federais e Estaduais, para a sua implementação.

De acordo com José Procópio de Lucena, presidente do comitê, já estão agendadas audiências para a apresentação do Plano, ao Clero das dioceses de Caicó e Mossoró, aos Movimentos, Serviços e Pastorais das respectivas dioceses, e aos governadores do Rio Grande do Norte e Paraíba. Além disso, também já estão sendo articuladas audiências públicas nas Assembléias Legislativas do RN e da PB, e reuniões em Brasília com senadores e deputados federais dos dois estados.

“Estas articulações estão sendo feitas envolvendo a Agência Nacional de



Procópio Lucena, presidente do CBH PPA, articula reuniões para a apresentação do plano

Águas, e os órgãos gestores da Paraíba e do RN, na perspectiva de uma construção coletiva, na defesa de recursos para a execução do Plano de Recursos Hídricos da Bacia. O plano é um instrumento que vai nortear todos que estão na bacia, sobretudo os órgão de gestão dos dois estados. Um dos destaques do plano, sem dúvida, é o processo de alo-

cação de água que está desenhado no papel e precisa ser implementado para que a população não venha a enfrentar outra seca desenfreada. Precisamos estabelecer regras para estágio dos nossos açudes. Não dá para continuar, por exemplo, irrigando com o açude quase seco, precisamos nos conscientizar dessa situação”, disse Procópio.

ANA acredita que Plano de Recursos Hídricos da bacia pode mudar a realidade da população

O Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Piancó-Piranhas-Açu pode mudar os rumos da população das cidades que compõem a bacia. É essa a avaliação feita pela Agência Nacional de Águas durante a plenária da 14ª Reunião Ordinária que aconteceu em Caicó nos dias 02 e 03/06. A elaboração do plano iniciou no segundo semestre de 2012 com o diagnóstico e seguiu as seguintes fases: prognóstico, plano de ações e implementação e resumo executivo com o relatório técnico (a base de dados).

O processo de elaboração do plano contou com a participação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Piancó-Piranhas-Açu. Nesse período de elaboração foram realizadas 12 reuniões com a Câmara Técnica do comitê, 8 reuniões públicas com a comunidade integrante da bacia, 3 reuniões com o CBH PPA e 14 reuniões com órgãos gestores dos estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte, Estados que cortam a bacia.

“A plenária do comitê aprovou



Paulo Varela é diretor de Gestão da ANA e tem incentivado a implementação do PRH da bacia

um plano que vai mudar a realidade da população. Eu disse, durante minha fala, que essa aprovação finaliza dois anos de trabalho, de discussões, e agora nós temos um conjunto de ações que, se forem aprovadas, pode mudar os rumos daqui para frente. Dessa forma, o plano é uma base de diretrizes de curto, médio e longo, ou seja, agora nós sabemos aonde estamos, aonde queremos chegar, e sabemos quais são as ações que devem ser feitas. Além disso, sabemos

quanto custa e quem deve fazer a ação”, disse Paulo Varela, diretor de gestão da ANA.

De acordo com a apresentação feita pela ANA, a aprovação do plano possui efeito imediato na bacia, define a programação para os próximos 5 anos e traz ciclos de implementação que determinam uma revisão da estratégia e do plano de ações a cada 5 anos, além de permitir possíveis correções de rumo e estabelecimento de novas prioridades.

Açude Curemas está com apenas 7,2% da sua capacidade hídrica

O Açude Estevam Marinho, também conhecido como Coremas atingiu nesta segunda-feira (27/06), o nível 7,2% de sua capacidade hídrica, um dos mais baixos de sua história. Já a Barragem de Mãe D'água está com 12,9% de sua capacidade hídrica. As medições foram confirmadas pela AESA, Agência Nacional de Águas e o DNOCS.

O reservatório paraibano teve a sua construção foi executada pelo DNOCS, que no dia 8 de abril de 1937 iniciou a maior obra de engenharia brasileira da época, a qual foi concluída no dia 8 de maio de 1942,[1] tendo como responsável o engenheiro potiguar Estevam Marinho (1896–1953). Na época, Coremas–Mãe d'Água foi considerada a maior barragem do Brasil, assim permanecendo até 1960, quando foi inaugura-



Açude Coremas, na Paraíba, é um dos maiores reservatórios do Nordeste brasileiro

da a Barragem de Orós.

Essa barragem teve grande importância na vida das pessoas naquela região e no aproveitamento do potencial hídrico da Paraíba, a ponto de receber

três visitas presidenciais: Getúlio Dornelles Vargas em 16 de outubro de 1940, Eurico Gaspar Dutra em 1º de outubro de 1949 e Juscelino Kubitschek em 15 de janeiro de 1957.

Entidades discutem termo de Pré-Alocação para uso de água em barragem comunitária do Perímetro Irrigado do Sabugi

A escassez de água já começa a gerar conflitos em comunidades rurais da região do Seridó. Na Vila II do Perímetro Irrigado Sabugi, zona rural de Caicó não é diferente. Irrigantes de pequenos lotes dividem com usuários da Vila, a pouca água que resta na Barragem Comunitária do Rio Sabugi, mas diante das poucas chuvas e a baixa no volume hídrico, é chegada a hora de intensificar as discussões de prioridades do uso.

Tanto que, em reunião com moradores na noite de quinta-feira (16/06), o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Piancó-Piranhas-Açu iniciou a discussão em torno de um termo de pré-alocação para disciplinar o referido uso. Representantes do IGARN, DNOCS e Sindicato dos Trabalhadores Rurais também participaram da reunião.

Para Cícero Damião, vice-presidente da Associação, a situação de falta d'água geralmente se agrava a partir de julho de cada ano. "A barragem está secando rápida demais. Mas a gente nem defende a suspensão da irrigação, apenas que essa água seja usada de forma controlada", disse.

O Instituto de Gestão das Águas



Membros do comitê reunidos com a comunidade para discussão da alocação de água da barragem

do RN, através do seu diretor-presidente, Josivan Cardoso confirmou que, apesar do IGARN não ter competência sobre o Rio Sabugi, cuja responsabilidade é da União, o Instituto estará dando o suporte necessário, dentro de seus limites.

"O IGARN vai vir aqui com os técnicos para verificar a disponibilidade de água que tem nesta barragem, juntamente com o DNOCS que vai levantar os dados de demanda, o que está sendo

usado, quanto está sendo usado, tanto pra Vila como para os irrigantes".

Com esses dados em mãos, o presidente do CBH-PPA, Procópio Lucena acredita que já na próxima reunião, as condições para a assinatura de um termo de pré-alocação, para o uso das águas da barragem, estarão mais claras. "É dessa forma que se faz a alocação de água, discutindo com a comunidade o direito de usar a água de forma correta".



CBH e ANA discutem medidas emergenciais para recuperar nível d'água do Rio Piranhas



População sofre diariamente com a falta d'água em suas residências

Em razão da redução no nível de água na captação da Caern em Jardim de Piranhas, o sistema de abastecimento de água de Caicó foi retomado pelo Açude Itans. No caso de Jardim de Piranhas, o abastecimento continua acontecendo ainda do Rio Piranhas. O presi-

dente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Piancó-Piranhas-Açu, José Procópio de Lucena entrou em contato, ainda nesta manhã de segunda-feira (27) com a Agência Nacional das Águas, e foi informado que desde quarta-feira da semana passada estão sendo liberado de

forma contínua 3m³/s e ainda assim o nível rio teve essa queda abrupta.

“Avaliamos que a principal razão é uso da irrigação e, diante desta situação a fiscalização dos órgãos gestores vai atuarem de imediato. Também avaliamos que a ANA juntamente com a CHESF e DNOCS/CEST-PB precisam manter o sistema sem manobras funcionando de forma contínua até que se normalize o funcionamento da adutora Manoel Torres. Se essa ação não for possível precisamos coletivamente encontrar uma solução que certamente envolve o sistema mãe d'Água e Curemas e não só o reservatório de Curemas”, explicou Procópio.

Procópio também reforça a necessidade de retomar com força a economia d'água. “Fazer a manutenção da limpeza emergencial do rio, garantir em tempo recorde a construção da adutora de emergência da Serra de Santana para Caicó e a construção da barragem de nível na captação da Caern em Jardim de Piranhas”, finalizou.

Audiência discute acordo de Pré-Alocação de água no Açude Pilões

Uma audiência na Comarca de São João do Rio do Peixe (PB), nesta manhã de terça-feira (14), reuniu irrigantes, Comissão Gestora do Açude Pilões, Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Piancó-Piranhas-Açu, Aesa, advogados e a promotora Flávia Cesário de Sousa.

Na ocasião, a promotora tomou conhecimento do acordo de pré-alocação de água do açude entre irrigantes, pescadores e a Associação de Usuários de Água e a da posição da Agência Nacional de Águas. “Sinalizou como sendo positivo os documentos apresentados, porém, nada poderia fazer, apesar da ação civil pública de suspensão de uso de água para irrigação no açude pilões ser de iniciativa do Ministério Público. Disse que o juiz já proferiu uma liminar apreendendo 05 eletrobombas e um processo criminal por desobediência contra 15 agricultores familiares”, explicou Procópio Lucena, presidente do CBH-PPA.

Na reunião, a AESA se com-



Integrantes da Comissão Gestora, Irrigantes e membro do CBH PPA durante a reunião

prometeu em elaborar essa semana o documento baseado no acordo de pré-alocação e na posição da ANA. Esse material servirá para o advogado fazer uma petição junto a promotoria, solicitando a desistência da ação civil da promotora, com revogação da liminar e extinção do processo.

“O juiz em diálogo com os agri-

cultores lhes comunicou que em caso da promotoria pedir desistência da ação civil pública ele extinguiria o processo. Vamos acompanhar e aguardar o trâmite final desta novela. Quero afirmar a importância da comissão gestora neste conflito e da busca de solução, pois eles são de extrema importância em todo esse processo”, finalizou Procópio.

Galeria de imagens do CBH PPA

14ª Reunião Ordinária do CBH PPA





INFORMATIVO DO COMITÊ DA BACIA
HIDROGRÁFICA DO RIO PIANCÓ-PIRANHAS-AÇU
CENTRO DE APOIO:

Praça Dom José Delgado, 51-A, 1º Andar - Paraíba
Caicó RN (no prédio da Rádio Rural)
Fone: 84 3417-2948 / 98896-1840 / 98896-1839

DIRETORIA
Presidente: José Procópio de Lucena
Vice-Presidente: Maria de L. S. dos S. e Araújo

1ª Secretária: Fábio Cidrin Gama Alves
2ª Secretária: José Ferreira da Cunha

DIREÇÃO DE JORNALISMO E PRODUÇÃO
Jornalistas Responsáveis Marcos Dantas
Geraldo Oliveira